

EDITORIAL

A RECONSTRUÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO: RETOMANDO A TRAJETÓRIA POLÍTICO-INSTITUCIONAL DELINEADA PELA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 (CF/88)

Ricardo Carneiro ¹

Após duas edições temáticas que tiveram como objetos, respectivamente, o planejamento governamental e as compras governamentais, esta terceira edição da revista Campo de Públicas: Conexões e Experiências direciona a atenção para a tradição e os desafios do Campo de Públicas e a contribuição da Escola Professor Paulo Neves de Carvalho da Fundação João Pinheiro à sua construção. Trata-se de uma temática sintonizada com o atual momento vivenciado pelo país, que permite pensar na retomada do pacto civilizatório inscrito na Constituição Federal de 1988 (CF/88). Após um quadriênio tipificado por uma agenda política de desmantelamento do Estado, que caracteriza o Governo de Jair Bolsonaro, Luís Inácio Lula da Silva retorna à Presidência da República, para cumprir seu terceiro mandato, com uma agenda política até o momento compromissada com a necessária e impostergável reconstrução do Estado.

Duas questões importam na contextualização da temática proposta. A primeira tem a ver com a discussão sobre o papel do Estado na modernidade, permeada por visões conflitantes que remetem perspectivas teóricas e ideológicas distintas. A segunda remete à concepção de Estado inscrita na CF/88 e aos esforços no sentido de conferir-lhe concretude, os quais conformam um processo não linear, porque suscetível a descontinuidades e correções de rota, refletindo os rumos impostos nas agendas públicas dos governos que se alternam desde os anos 1990, seguindo o rito democrático.

O papel mais apropriado para o Estado nas modernas sociedades capitalistas - aquilo que ele deve fazer ou se espera que faça -, constitui tema polêmico e, como tal, distante da perspectiva de se alcançar uma visão consensual. Para Przeworski (1996, p. 117), os debates sobre a questão “giram em círculos, nos quais os argumentos quanto às falhas de mercado são contrapostos por argumentos quanto às falhas da regulação” estatal. Avançando além dessas controvérsias, Hirschman (1996) pondera que a abordagem do papel do Estado só faz sentido, quer do ponto de vista teórico ou prático, se for relacionada a formas particulares de organização da sociedade, o que remete aos contextos específicos nos quais estas se inserem.

¹ Doutor em Ciências Humanas: Sociologia e Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Pesquisador da Fundação João Pinheiro (FJP). Editor-adjunto da Revista Campo de Públicas: Conexões e Experiências.

As formas que a intervenção do Estado assume ou pode assumir dependem da configuração da ordem política e institucional vigente, a qual demarca, em linhas gerais, a definição de suas funções e de sua arquitetura organizacional. Nesse sentido, a trajetória do Estado brasileiro conhece uma inflexão expressiva no quarto final do século passado, advinda da promulgação da CF/88. Articulada à retomada da institucionalidade democrática e de seu aprofundamento por meio da previsão de canais e mecanismos variados de interlocução entre a sociedade e o Estado, são introduzidas, pelo texto constitucional, outras inovações de grande envergadura que, de um lado, alargam o escopo das atribuições e competências do Estado, especialmente na área social, com a definição de direitos sociais de cunho universalizado, e, de outro, indicam a reestruturação da administração pública consonante as premissas do modelo burocrático weberiano. Desde a redemocratização, são esses os principais eixos que balizam a condução da atividade governativa no país.

As prioridades e os objetivos mais gerais das agendas públicas dos governos que se sucedem no tempo, ainda que informadas pela CF/88, têm sido permeadas por revisões periódicas, de intensidade variada, refletindo ora uma orientação política pró-mercado, sintonizada com o cunho liberal de seu capítulo da ordem econômica, ora uma orientação mais progressista, afinada com as premissas do Estado de Bem Estar Social presentes em seu capítulo da ordem social. Há, contudo, um traço comum a todos eles, representado pela prioridade conferida à estabilidade monetária no delineamento da política macroeconômica.

A orientação pró-mercado transparece com nitidez no Governo Collor de Melo, cuja agenda pública se estrutura em torno da promoção do ajuste econômico, envolvendo desregulamentação, desestatização e abertura externa da economia. Parcialmente revista durante o Governo Itamar Franco, essa orientação prevalece nos dois Governos Fernando Henrique Cardoso, cuja atuação é marcada pela implementação do Plano Real, ao lado de iniciativas reformistas voltadas ao “enxugamento” do Estado, com o aprofundamento das privatizações e a implementação de uma reforma administrativa afinada com as proposições gerencialistas da Nova Gestão Pública. No entanto, a despeito da ênfase dada à pauta econômica, assiste-se no período à moldagem de esforços de políticas sociais confluentes com a prescrição constitucional.

A eleição de Luís Inácio Lula da Silva para dois mandatos presidenciais consecutivos enseja a adoção de uma agenda pública de orientação progressista, que procura combinar a promoção do crescimento econômico com a busca pela maior inclusão social. Os dois Governos Lula ampliam de forma muito expressiva o rol de áreas, políticas e programas que compõem sua agenda pública, avançando além das temáticas tradicionais, como saúde, educação e assistência social, com a incorporação de novas temáticas, como a habitação de

interesse social e a segurança alimentar, dentre outras. Destacam-se ações no sentido de reforçar os mecanismos de proteção social e redistribuição de renda, bem como de promoção da formalização das relações de trabalho. Ao lado disso, assiste-se a ampliação e a reconfiguração da arquitetura participativa, o que pode ser ilustrado pelas conferências nacionais, alargadas em número e escopo temático. A ampliação e o aprofundamento da intervenção estatal, por sua vez, requerem uma readequação do aparato organizacional da administração pública na direção de construção de capacidade estatal, em que “é perceptível o esforço de atender às prescrições referentes à profissionalização da burocracia” (CARNEIRO; BRASIL, 2021, p. 19) do texto constitucional. Trata-se de movimento que se espraia pelos níveis subnacionais de governo refletindo a descentralização das políticas públicas na área social. O primeiro Governo Dilma Rousseff expressa, em linhas gerais, uma continuidade da agenda pública herdada dos Governos Lula.

A crescente turbulência do ambiente político-institucional, que se configura a partir das denominadas “jornadas de junho de 2013” e da deflagração das operações da Lava Jato, desemboca no *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, reeleita para um segundo mandato presidencial em 2014. Com sua substituição por Michel Temer, em 2016, encerra-se o ciclo de expansão do intervencionismo estatal que caracterizou os governos petistas, responsáveis pela ampliação em uma escala sem precedentes do repertório de políticas sociais e da arquitetura participativa.

Com o Governo Michel Temer, retorna com força ao país a agenda de orientação pró-mercado, de nítida inspiração neoliberal. Direcionada formalmente para a promoção de um ajuste fiscal como estratégia para a retomada do crescimento, essa inflexão na agenda traz em seu bojo o “desmonte ou esvaziamento gradativo de políticas públicas e a desconstrução da capacidade técnico-administrativa e relacional do Estado” (CARNEIRO; BRASIL, 2021, p. 25). A aprovação da Emenda Constitucional n. 95/2016, introduzindo um teto para a expansão das despesas primárias do governo, emblematiza uma gestão marcada por cortes ou reduções do orçamento, flexibilização de regras, com destaque para a legislação trabalhista, e fragilização do aparato estatal e dos instrumentos de políticas públicas, em especial nas áreas social e ambiental.

O reformismo neoliberal do Governo Michel Temer vai ser amplificado e aprofundado pelo Governo Jair Bolsonaro, por meio da adoção de uma agenda pública de transformação radical do Estado, a qual vai “na contramão dos esforços anteriormente empreendidos de conferir materialidade aos dispositivos civilizatórios do texto constitucional” (CARNEIRO; BRASIL, 2021, p. 29). O desmantelamento de políticas públicas afeta praticamente todas as principais áreas de intervenção estatal, levando a redução de direitos e da provisão de bens e

serviços básicos à população. Destacam-se, como emblemáticas do processo, as políticas relacionadas aos povos originários e ao meio ambiente. Em sentido oposto à criação de capacidade estatal promovida pelos governistas petistas, ganha corpo a fragilização das estruturas organizacionais e dos instrumentos que ancoram a atividade governativa, envolvendo a desarticulação da arquitetura participativa forjada ao longo das décadas anteriores. Ao lado disso, assiste-se ao tensionamento do Estado Democrático de Direito, com a instauração de um ambiente de crescente instabilidade política e institucional.

É nesse ambiente político-institucional marcado pela instabilidade que se dá a eleição de Luís Inácio Lula da Silva para um novo mandato presidencial. O terceiro Governo Lula defronta-se com desafios de natureza variada, que vão da criação de condições de governabilidade política ao enfrentamento de déficits multidimensionais não equacionados na área social, passando pela retomada do crescimento em articulação com a implementação de ações capazes de lidar com os agudizados problemas relacionados à proteção ao meio ambiente. O retorno a uma concepção de Estado sintonizada com o texto constitucional implica não apenas a remontagem, mas o alargamento e o aperfeiçoamento de políticas públicas e de instrumentos de gestão, além da reconstrução de capacidade técnica e relacional do aparato estatal, em contraponto frontal ao desmantelamento da administração pública dos Governos Michel Temer e Jair Bolsonaro. Recém-iniciado, o novo governo Lula parece compromissado com uma agenda pública ao mesmo tempo inclusiva, democrática e ambientalmente responsável, o que se insinua no relançamento de programas e projetos que foram marcantes em suas gestões anteriores e no esforço para a retomada dos mecanismos de participação social.

A trajetória do Estado brasileiro no período subsequente à edição da CF/88 revela-se, portanto, um laboratório extremamente rico de experiências relacionadas à administração pública, tanto no nível federal quanto subnacional de governo, envolvendo a formulação e implementação de políticas públicas, os instrumentos de gestão e as interfaces com a sociedade, entre outros aspectos. Esse laboratório tem sido devidamente explorado pela investigação acadêmica, a partir de áreas de conhecimento diversas – administração pública, políticas públicas, gestão pública e gestão social - e múltiplas chaves analíticas. O adensamento dos debates e da produção em torno das referidas temáticas confere identidade ao denominado Campo de Públicas, ainda em construção, cuja contribuição para a compreensão da atuação estatal no país é objeto desta edição da revista. Seu conteúdo engloba entrevistas com duas pesquisadoras de reconhecido renome na área, tanto no plano nacional quanto internacional, e 12 artigos, distribuídos pelas seções “Conexões Acadêmicas” e “Conexões Práticas”.

A primeira entrevista, que abre a seção “Conexões Acadêmicas”, foi realizada com Marta Ferreira Santos Farah, pesquisadora e professora titular da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas. Sua temática mais geral versou sobre o Campo de Públicas, enfocando as tradições e os desafios da administração pública. Na análise que faz da temática proposta, a entrevistada parte de uma recuperação histórica da construção do Estado-Nação no país e para perguntar: “O que aprendemos nesse processo?” Como resposta, pondera que “Tratou-se sempre do resultado de disputas entre atores com diferentes interesses e com ideias distintas do que era melhor para o país. Disputa entre ideias sobre o próprio Estado e sua estrutura, defendendo alguns mais Estado e outros menos Estado, ao mesmo tempo que propunham diferentes estruturas administrativas e distintos procedimentos de gestão”. A seguir, sob esse pano de fundo mais geral, as questões abordadas na entrevista avançam na direção da construção, da identidade e dos desafios do Campo de Públicas, bem como de sua contribuição para o “esforço de reconstrução do Estado e de suas instituições, da Administração Pública, das políticas públicas” no ambiente de “terra arrasada”, que sintetiza o contexto político-institucional herdado pelo novo Governo Lula.

A segunda entrevista, abrindo a seção “Conexões Práticas, foi realizada com Gabriela Lotta, também pesquisadora e professora titular da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas. A temática tratada gravita em torno das contribuições e dos desafios da burocracia pública ao Estado brasileiro. De forma similar a Marta Farah, a entrevistada parte de uma recuperação histórica da administração pública brasileira, em que destaca sua heterogeneidade, caracterizada pela convivência de “ilhas de excelência, nas quais o republicanismo é a tônica”, com “ilhas em que as relações pessoais são a tônica do funcionamento dos serviços públicos”. Pondera, então, que “esses traços acabam comprometendo a capacidade do Estado brasileiro, de garantir o que a Constituição propôs, que é o fornecimento universal de serviços públicos numa tônica de direitos”. Em seguida, adentra a discussão de capacidade estatal, na qual coloca em relevo a importância da denominada burocracia em nível de rua e, na sequência, da burocracia de nível médio, no tocante a dar concretude às agendas públicas dos diferentes governos. Ao final, aborda o desafio de formular e implementar políticas públicas no contexto atual, em que considera o Campo de Públicas como elemento imprescindível, “porque nós precisamos de mais profissionais bem formados, engajados com *ethos* público e com motivação para poder melhorar essa nossa administração pública tão heterogênea [...] com as particularidades brasileiras de uma sociedade desigual”. Nessa direção de se ter uma administração pública revestida de *ethos* público, em sintonia com a burocracia weberiana, afirma que “Temos que

ter programas de formação permanente da burocracia pública. A Fundação João Pinheiro é importante nesse sentido. A ENAP também”.

O primeiro artigo da seção “Conexões Teóricas” é um ensaio elaborado por Rosana de Freitas Boullosa (UnB), intitulado “A disputa epistemológica como saída ontológica para o campo de públicas”. A autora parte da premissa de que a sinonímia entre o campo de públicas e o de estudos de políticas públicas “produz um conjunto variado de consequências”, tanto positivas quanto negativas. Direcionando o enfoque para as perdas, propõe, no estudo da questão, “uma desnaturalização” das amarras entre os referidos campos, “numa discussão mais ontológica do Campo de Públicas”.

Carla Bronzo (FJP) trata da “intersectorialidade no campo da gestão pública” em artigo intitulado “Complexidade, pensamento sistêmico e intersectorialidade: aproximações teóricas”. A autora aponta para a relação entre intersectorialidade, coordenação e problemas complexos enquanto categorias analíticas, argumentando ser “relativamente escassa a abordagem que relaciona tais elementos em modelos de análise de médio alcance, capazes de “conectar a problematização teórica com a empiria” e de proporcionar “enquadramentos para compreender as ações governamentais que se situam no marco de práticas colaborativas de gestão”. Isto posto, busca sintetizar “uma parte da discussão teórica sobre tais termos [...], identificando sua relevância e aplicação no campo prático da gestão de políticas públicas”.

Flávia de Paula Duque Brasil (FJP), Bruno Dias Magalhães (FJP e UFMG), Fernando Anelli (UFMG) e Letícia Péret (UFMG), os três últimos egressos da Escola de Governo da Fundação João Pinheiro, direcionam a atenção para a contribuição desta instituição referente à temática da participação social, por meio de trabalhos de conclusão realizados no âmbito dos Cursos de Graduação e Mestrado. Em artigo intitulado “Participação social: um balanço da literatura à luz da contribuição dos estudos da Escola de Governo Prof. Paulo Neves de Carvalho”, os autores fazem uma análise de trabalhos com tal perfil, “compreendendo 65 resumos publicados entre 2000 e 2022”, na qual constata a centralidade de trabalhos que abordam instituições participativas, ao lado da “presença das temáticas referentes aos movimentos sociais e associativismo, e à gestão e às políticas públicas sob a ótica participativa”. Mais além, relacionam a distribuição dessa produção, “em seus focos temáticos” com as “tendências e movimentos da literatura nacional sobre participação social” referente ao período que vai de 2000 aos dias atuais.

Já Maria Paula Dallari Bucci (USP) examina a “trajetória de pesquisa e algumas contribuições da Abordagem Direito e Políticas Públicas”, considerando suas interfaces com o Campo de Públicas. Em artigo intitulado “A Abordagem Direito e Políticas Públicas no Brasil”, a autora argumenta que, em países de “redemocratização tardia”, [...], a “atuação do direito

para a produção de resultados sociais” demanda “uma conceituação jurídica mais precisa das políticas públicas”. Essa demanda seria suprida pela perspectiva teórica inscrita na Abordagem Direito e Políticas Públicas, a qual proporcionaria “instrumental analítico útil para sistematizar as características e os efeitos do direito integrado às políticas públicas”, o que, no caso brasileiro, é visto como “parte do legado institucional democrático produzido [...] desde a Constituição de 1988”.

A “descoordenação entre política fiscal e gestão pública na administração pública brasileira” é analisada por Pedro Lucas de Moura Palotti (IPEA), Adauto Modesto Junior (Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos) e Francisco Gaetani (Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos). Em artigo intitulado “A armadilha do algoritmo: uma análise das razões do *apartheid* entre gestão pública e finanças públicas na administração pública brasileira”, os autores questionam as razões que justificariam o fato de as políticas fiscal e de gestão se parecerem “com azeite e vinagre”, no sentido de ausência de coordenação. A partir de revisão de literatura sobre “gestão pública e finanças públicas no Brasil”, recobrando o período de 1995 a 2015, alinhavam então cinco explicações principais para o fenômeno, dentre as quais “a reificação de uma armadilha cognitiva” [...] inibindo “o aprendizado de políticas públicas na interseção de ambas as áreas”, que designam como “armadilha do algoritmo”.

Na sequência, comparece o artigo intitulado “Interpretações sobre a (gestão da) qualidade na administração pública contemporânea”, elaborado por Fernando de Souza Coelho (USP), Mauricio da Silva Correia (Prefeitura Municipal de São Paulo) e Paulo Henrique Rocha Faleiro (Gestor Governamental do Estado de Goiás). Recorrendo a revisão de literatura, especialmente a internacional, os autores discutem o “conceito de qualidade na Administração Pública Contemporânea (APC), mostrando seu caráter polissêmico e em constante “(re)definição desde meados da década de setenta, com o advento do paradigma da *New Public Management* (NPM)”. Nesse sentido, percorrem as mudanças de paradigma das reformas empreendidas pela e na administração pública contemporânea, do gerencialismo ao modelo da Governança Pública, com foco em seus desdobramentos no tocante à interpretação de qualidade no setor público. A partir da revisão feita, buscam organizar essas interpretações “e desvelar, ilustrativamente, suas apropriações/aplicações no setor público brasileiro”.

Fechando a seção “Conexões Acadêmicas” tem-se o artigo intitulado “Centralidade das lideranças públicas no desenvolvimento de capacidades estatais”, elaborado por Kamila Pagel Oliveira (FJP) e Mônica Bernardi (FJP), ambas egressas da Escola de Governo da Fundação João Pinheiro. Seu propósito consiste em examinar a “importância da atuação e das competências das lideranças públicas para o aprimoramento das capacidades estatais”. Após a discussão do

conceito de capacidade estatal, as autoras direcionam a análise para a abordagem das “competências das lideranças públicas na gestão pública contemporânea” e, na sequência, para o papel da “liderança para a construção e a manutenção da capacidade estatal”. Como conclusão, atribuem à liderança “uma contribuição fundamental para a construção e manutenção da capacidade estatal”.

O trabalho intitulado “Interfaces entre o Direito e a Administração Pública a partir da perspectiva do direito administrativo vivo”, elaborado por Ana Luiza Gomes de Araújo (FJP), Maria Coeli Simões Pires (UFMG) e Luciana Moraes Raso Sardinha Pinto (TCE/MG) abre a seção “Conexões Práticas”. Na análise desenvolvida, as autoras conferem saliência ao conceito de “direito administrativo vivo”, popularizado por Paulo Neves de Carvalho, e examinam sua conexão com a “atuação da Administração Pública”. Dessa análise advém, como resultado, “a relação de necessária instrumentalidade do Direito em prol de uma administração pública centrada na pessoa humana e atenta às necessidades dos cidadãos”.

“Desenvolvimento em Minas Gerais – lições da história e novas prioridades na promoção do desenvolvimento econômico” é o título do artigo elaborado por Alexandre Queiroz Guimarães (FJP) e Raimundo de Sousa Leal Filho (FJP). Os autores fazem, inicialmente, uma recuperação histórica da trajetória do desenvolvimento econômico estadual, evidenciando o “papel crítico desempenhado pela tecnocracia estatal mineira’ no processo. Na sequência, examinam a mudança “nos instrumentos e na capacidade de ação do governo estadual” referente à promoção do desenvolvimento, ocorrida após a “crise econômica de 1980”. A análise desemboca na discussão do cenário recente, enfatizando “as oportunidades que se abrem, os instrumentos disponíveis e as principais linhas de ação a serem contempladas” na retomada de uma trajetória desenvolvimentista para o estado.

A contribuição de Valdemir Pires se dá com o artigo intitulado “Especificidades das finanças públicas no nível municipal: desafios pós-1988”. Na análise empreendida, o autor examina, de um lado, as diferenças entre as finanças públicas locais e as nacionais no Brasil, e, de outro, “as vantagens e desvantagens, além dos desafios” que se fazem “presentes no cotidiano do gestor orçamentário e financeiro nas cidades brasileiras”.

A esfera local de governo também é explorada por Agnez de Lelis Saraiva (FJP) no artigo intitulado “Capacidade estatal para provisão de políticas públicas: os municípios mineiros e a educação básica”. O objetivo da análise realizada consiste em responder a seguinte pergunta: “como se estrutura a capacidade estatal dos municípios mineiros, nas dimensões capacidade de atendimento e de recursos instalados, para prover suas políticas de educação básica?”. Referenciado em um estudo de caso comparado, envolvendo quatro municípios mineiros, o autor argumenta que a referida capacidade continua a apresentar

significativa desigualdade intermunicipal, mesmo após a redução das disparidades “de receitas e dos gastos em educação básica [...] provocadas pela institucionalização dos fundos fiscais Fundef/Fundeb”.

Finalizando a seção “Conexões Práticas”, tem-se o artigo intitulado “Governo aberto: proposta e aplicação de um índice para análise da aderência dos estados brasileiros aos princípios da *open government partnership*”, elaborado por Julianne Fonseca Peixoto (UFMG), egressa do mestrado em Administração Pública da Escola de Governo da Fundação João Pinheiro, e Simone Cristina Dufloth (FJP). As autoras apresentam “uma proposta de indicador sintético para a análise da aderência dos estados brasileiros aos princípios de governo aberto propostos pela *Open Government Partnership* – OGP (Parceria para o Governo Aberto)”. Argumentam, na sequência, que mesmo sendo o Brasil um dos co-fundadores da OGP, nenhum governo subnacional “implementou um governo plenamente aberto” para concluir que “a construção e o aprimoramento” do referido índice “poderão auxiliar na identificação de áreas prioritárias de ação e no monitoramento dos resultados de políticas públicas afins”

Esperando que os trabalhos que compõem a presente edição da revista possam contribuir efetivamente para a construção da “boa sociedade” no Brasil, pensada e proposta pela CF/88, desejo a todos e todas uma leitura proveitosa.

REFERÊNCIAS

- CARDOSO JR., José Celso; PIRES, Roberto Rocha C. Gestão de pessoas e avaliação de desempenho no setor público brasileiro: crítica à proposta fiscal-gerencialista da reforma administrativa e diretrizes para um modelo de Estado orientado à reflexividade, inovação e efetividade. **Cadernos da Reforma Administrativa**, Brasília, n. 7, p. 3-36, 2020.
- CARNEIRO, Ricardo; BRASIL, Flávia de Paula Duque. **O papel do Estado e as reformas na administração pública**: da Constituição de 1988 ao contexto pós pandemia. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2021. (Texto para discussão, n. 49).
- DAHL, Robert. Porque mercados livres não bastam. **Lua Nova**, São Paulo, n. 28-29, p. 227-236, abr. 1993.
- EVANS, Peter B. Análise do Estado no mundo neoliberal: uma abordagem institucional comparativa. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 51-85, jul./dez. 1998.
- EVANS, Peter B. O Estado como problema e solução. **Lua Nova**, São Paulo, n. 28-29, p. 107-156, abr. 1993.
- HIRSCHMAN, Albert O. **Auto-subversão**: teorias consagradas em xeque. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- PIRES, Roberto Rocha C.; GOMIDE, Alexandre A. Capacidades estatais e democracia: a abordagem dos arranjos institucionais para análise de políticas públicas. *In*: GOMIDE, Alexandre A.; PIRES, Roberto Rocha C. (org.). **Capacidades estatais e democracia**: arranjos institucionais de políticas públicas. Brasília: IPEA, 2014. p. 15-31.
- PRZEWORSKI, Adam. Reforma do Estado: responsabilidade política e intervenção econômica. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 11, n. 32, out. 1996.